

Qualidade no Ensino



Horácio Almendra (horacio.almendra@iqe.org.br)

Colaboração: Maria Helena Braga, Maria Sidalina Gouveia, Cristina Luiza Garbuio, Maria Teresinha Figueiredo e José Gayoso.

Há conhecimento dispensável?

Maria Helena Braga

Supervisora Pedagógica de Programas do IQE – Instituto Qualidade no Ensino (www.iqe.org.br)

Uma antiga discussão está voltando à tona, desde as primeiras notícias da reforma do Ensino Médio que, em princípio, veiculavam a não obrigatoriedade de Filosofia e Sociologia no currículo desse nível de ensino. A polêmica é acirrada entre os pontos de vista de quem defende que o predomínio na educação escolar deveria ser das Ciências Exatas, e de quem considera que as Ciências Humanas e as humanidades seriam o centro para o desenvolvimento humano, privilegiando, portanto, as áreas correspondentes a elas.

Desde o surgimento da corrente positivista, que defende a comprovação empírica como única forma de conhecimento legítimo para a explicação dos fenômenos naturais, há uma forte tendência de desconsideração das áreas do conhecimento que não compartilham, com as ciências exatas, a possibilidade de comprovação direta. Essa mentalidade preponderou durante bastante tempo nas concepções de currículo escolar de muitos países.

No entanto, toda e qualquer ciência, seja ela considerada exata, humana ou da natureza, tem sua origem e seu desenvolvimento marcados pelas condições humanas, pois é produto da humanidade. Melhor dizendo, qualquer descoberta da Química ou da Física, por exemplo, é resultado de ações humanas que ocorreram desde os tempos pré-históricos, desde que o ser, munido da inteligência, quis compreender o mundo.

A inteligência e, como consequência, a necessidade de com-

preensão do mundo, são elementos de adaptação, essenciais à sobrevivência na Terra. Combater doenças, controlar fenômenos naturais, conhecer as forças da natureza, reconhecer-se como um ser entre outros seres são algumas tentativas constantes da vida humana.

Por essa breve introdução, é possível observar que a explicação do fenômeno humano não se dá por uma disciplina ou outra, exclusivamente, mas, tudo o que sabemos, até o momento, é resultado do esforço de todas as áreas do conhecimento. Para que o intento de compreender seja realizado da forma mais ampla possível, é necessário que realizemos um movimento dialético entre "Todo – partes – todo", em que a compreensão parta da totalidade, analise as partes que a compõem e retorne a ela para explicá-la.

Assim, privilegiarmos uma área ou outra no currículo significa possibilitar o acesso a parcelas do conhecimento que, se não integradas a outras, desconfiguram e impossibilitam a compreensão do fenômeno humano.

A pressão de especialistas e da população, exercida para que Filosofia e Sociologia permaneçam como obrigatórias no currículo do Ensino Médio, levou à aprovação da medida provisória pela Câmara dos Deputados, devendo ser submetida à análise do Senado. Essa é uma forma de assegurar que as ciências humanas continuem presentes na educação dos estudantes. No entanto, basta inserir o conhecimento como disciplina obrigatória para que a formação escolar cumpra o que determina a Lei de Diretrizes e Bases atual, o pleno desenvolvimento do educando?

Obviamente, não! Como em qualquer outra disciplina, obrigatória ou não, a questão do ensino é muito mais complexa do que aparenta. Ensinar História, Língua Portuguesa ou Química, por exemplo, da maneira como tem sido até agora, por um viés

burocrático em que se cumpre o compromisso com conteúdos desinteressantes e inacessíveis a pessoas em formação é contribuir para a banalização das ciências na educação escolar. Uma verdadeira contribuição para o pleno desenvolvimento do educando pode ser realizada quando se tem em mente a formação do senso crítico, da autonomia, da capacidade de resolução de problemas individuais e sociais, competências que dependem profundamente dos conhecimentos de todas as áreas.

A obrigatoriedade, seguramente, determina que as disciplinas não "desapareçam" da formação, mas está longe de garantir que seus conteúdos se efetivem na mentalidade dos estudantes como forma de compreender o mundo e os seres em suas totalidades. É essencial e urgente que se aprofunde a reflexão e a tomada de decisões sobre diversos aspectos que contribuem, simultaneamente, para a grandeza da educação escolar: formação inicial e continuada dos professores no sentido de que a relação "Todo – parte – todo", promovida pela integração das ciências, seja compreendida; seleção de conteúdos e metodologias que favoreçam aos estudantes a compreensão do mundo; consciência sobre a finalidade de cada área do conhecimento no currículo. Para tanto, é preciso que outras questões sejam consideradas: reconstrução do magistério como profissão digna e almejada; condições favoráveis de trabalho dos professores das escolas públicas; concepção das instituições escolares como centros de divulgação de conhecimento, entre outras.

Sem isso, quaisquer mudanças permanecerão, como muitas outras, registradas em papéis oficiais, sem chegar à sala de aula, onde, de fato, podem promover a melhoria da qualidade do ensino.